

INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO: fatores determinantes no processo de formação da sociedade

Lídia Eugenia Cavalcante*

Resumo

Apresenta considerações acerca da informação e da comunicação como fatores fundantes da sociedade. Relaciona a Comunicação com as trocas sociais entre os sujeitos e suas representações com o meio, destacando as relações formais entre os diferentes segmentos sociais: família, escola, igreja e Estado. Aborda a questão do equilíbrio e do conflito na sociedade relacionando-o com a comunicação entre os atores sociais.

1 A COMUNICAÇÃO E AS ALIANÇAS SOCIAIS

Na sociedade, em que vivemos, estamos sempre comunicando algo a alguém, é uma sociedade constituída por comunicações, nossos atos, palavras e gestos estão sempre enviando mensagens, são atos comunicativos. É através desse fluxo comunicacional e, na maioria das vezes, informacional, dessa troca de significantes e significados que os grupos se estruturam, interagem e se formalizam. E, também, nessa troca que acontecem os contratos e que surgem as alianças. E assim, a sociedade, através da comunicação e dos laços culturais que unem os sujeitos, se desenvolve, cresce e se estabelece.

A comunicação é, portanto, um processo social da maior importância para o funcionamento de qualquer grupo, organização e sociedade. É através da comunicação e das alianças que os grupos sociais se institucionalizam e surgem os contratos. E pois, de tal abrangência, em todo o processo de desenvolvimento, que é objeto de estudo de várias ciências que trabalham com o comportamento humano e que estão preocupadas com a existência dos seres humanos e seu interrelacionamento.

No que diz respeito a contemporaneidade ou pós-modernidade, a comunicação destaca-se em estudos da antropologia, da sociologia, da psicologia entre outras. Através da transdisciplinaridade, a comunicação perpassa padrões sociais, nas ciências, nas artes, nas religiões, etc. Tal fenômeno, dentro das suas manifestações sociais e institucionais, pode ser visto ora como um bem capaz de promover certezas e desenvolvimento, ora como um mal causador de transgressões e conflitos geradores de dominação e poder. A ação comunicacional sobre a sociedade atinge um fluxo permanente de informações intercambiadas que promovem os fatos sociais.

De acordo com as categorias acima citadas, mesmo levando-se em consideração as diferenças determinadas pela cultura e pelas ideologias, os sujeitos interagem e verifica-se um processo de aperfeiçoamento gerador de um sistema social de crescimento institucionalizado onde se forma a família, a igreja, a escola, o Estado, a sociedade, é um processo de interação. Por outro lado, a comunicação que equilibra a relação entre os sujeitos, também se manifesta no surgimento de conflitos sociais, na violência institucionalizada, na desagregação das instituições e na formação das elites dominantes amalgamadas por valores gerados pelo poder, riqueza e capital.

* Especialista em Teorias da Comunicação e da Imagem e Professora do Departamento de Comunicação Social e Biblioteconomia da Universidade Federal do Ceará

A relação entre indivíduos ocorre através de um processo adaptativo do homem ao Meio, o qual se realiza no uso de códigos previamente estabelecidos e aceitos pela sociedade, havendo um mínimo de trocas significantes entre emissor e receptor.

Os sistemas básicos de trocas sociais, segundo Levi-Strauss apud Menezes (1973), "a troca de mulher (estrutura de parentesco), a troca de bens (estrutura econômica) e a troca de significações (estrutura de comunicação)", auxilia-nos a compreender todo o desenvolvimento dos grupos sociais através do processo comunicacional e da formação da sociedade, desencadeando padrões estabelecidos entre membros de uma sociedade e outros grupos sociais.

2 O PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO E AS TROCAS SOCIAIS

Segundo Cohn (1978, p.106) "a comunicação é uma característica da vida, em qualquer nível", e é essa comunicação que orienta o adequado desenvolvimento dos seres num processo de socialização em seu meio ambiente. Já no útero materno, a criança começa a receber os primeiros estímulos, bem como a herança genética que influirá em sua formação como indivíduo. A descoberta do "eu" é o primeiro posicionamento que o bebê apresenta em seu processo comunicacional, seguido mais tarde, pelas descobertas em relação à sua mãe, como extensão do seu próprio "eu", sem alcançar, a princípio, a existência do outro. As representações do meio ambiente passam a prefigurar de forma indiferente. À medida que surgem os códigos dentro de seu processo de desenvolvimento cognitivo, a criança passa a interagir de forma mais complexa com o ambiente e com os seres que fazem parte do seu universo de socialização, começando assim, o reconhecimento do espaço familiar.

Entretanto, há que se destacar a existência de uma coordenação nos mecanismos de aprendizagem do sujeito segundo relações formais existentes entre os mesmos. Às relações familiares, por meio das quais somos levados a padrões de comportamento, nos revelam funções de transmissão de nossa herança social, estendendo-se ao meio cultural e refletindo-se nas relações sociais.

Marco Polo em suas viagens à China e outras partes da Ásia, entre os anos 1271 e 1296, assim descreveu os costumes dos tártaros: têm casas circulares, de madeira e coberta de feltro, que levam consigo aonde vão, em carroças de quatro rodas... asseguro-lhes que as mulheres compram, vendem e fazem tudo o que é necessário para seus maridos e suas casas. Os homens não têm de se preocupar com coisa alguma, exceto a caça, a guerra e afalcoaria... não têm objeções a que se coma a carne de cavalo e cães, e se tome leite de égua... coisa alguma no mundo os faria tocar na mulher do outro: têm extrema consciência de que isso é um erro e uma desgraça [...]" (PERTTI PELTO *apud* LARAIA, 1992, p. 12).

Segundo Neiva (1982, p.45) "a ausência de ordem é incompatível com a sociabilidade. Não há sociedade possível que abdique da regularidade e da convencionalidade. Não há conveniência na sociedade onde inexistente coordenação". Através das regras sociais convencionais e sua coordenação é que as trocas significantes passam a exercer papel primordial, resultando assim na cultura entre sujeitos em seu processo comunicacional. As alianças sociais, frutos da convencionalidade, nos faz conhecermos valores morais e que coordenam a participação dos sujeitos no seu meio social. Aqui entram regras contratuais que instauram a ordem através das alternativas a eles apresentadas e que são socialmente aceitas.

De acordo com a relativo equilíbrio social existente é que podemos entender a relação de reciprocidade veiculada entre os atores sociais em função da sociabilidade e das alianças que se formam e que coordenam as relações entre os indivíduos, gerando a diversidade das instituições familiares, sociais, jurídicas, econômicas, políticas e culturais.

O regime contratual em sociedade e a formação de alianças possui consistência desde os

grupos primitivos onde se foi possível evidenciar a existência de trocas como expressão de reciprocidade e de disputa, como ocorrida entre os bárbaros. Disputa de poder, de honra ou de destruição.

Segundo Neva (1982, p. 48) "as trocas servem a fins comunicacionais, com amplo sentido sociológico: reunir os atores sociais num processo de aliança. Assim, as dádivas circulam de um mero cumprimento casual na rua até os presentes de aniversários, sucedendo-se num círculo incessante: dar, receber e retribuir".

Através da existência das trocas e sua reciprocidade é que se constitui uma dimensão sociológica capaz de gerar um processo comunicacional, e de formação de uma sociedade moldada numa cultura que regula o acesso entre atores sociais de outros grupos.

A estrutura de parentesco regula a troca de mulheres, em algumas culturas, discriminando o acesso a estas culturas de forma a instaurar a regra social entre diversos segmentos da sociedade com a proibição do incesto. Tal regra proíbe povos de culturas diversas o direito de se unirem a mulheres de um mesmo segmento social, no caso a mãe ou a irmã, obrigando-o a uma contratação de aliança em outro segmento. Em Levi-Strass apud Neva (1982, p. 49) "O aspecto positivo da interdição consiste em dar início a uma organização que constrói a sociedade". As restrições feitas através da proibição do incesto no interior do grupo familiar, leva os atores sociais deste mesmo grupo, ao êxodo para outro segmento social quando assim, novos grupos e novos contratos, de caráter institucional, se formam fazendo com que a cultura exerça domínio sobre a natureza.

Entretanto, verificamos que as regras de parentesco, nas sociedades onde a proibição do incesto é tida como lei, figura como forma de disciplinar a existência de uma cultura socialmente aceita, ao mesmo tempo que legitima a relação contratual entre indivíduos de diferentes segmentos sociais. Dessa forma, podemos observar, em diversos estudos, que a proibição do incesto não faz parte de uma cultura universal, pois, em várias sociedades, a existência de práticas incestuosas são aceitas e aprovadas socialmente, como é o caso dos egípcios no período faraônico (até 332 a.C.).

Percebe-se claramente que, em todo o processo comunicacional em que se constitui a sociedade, há existência tanto de aliança, como de rivalidade, e as duas interagem através de níveis sociais e biológicos. Segundo Neiva Jr.(1982, p. 19)

estamos diante de uma importante distinção sociológica. Enquanto indivíduo, um ser humano existe como animal biológico vivo que nasce maduro e morre. Enquanto pessoa, esse mesmo ser biológico vivencia a ação em sociedade através de papéis que autorizam e regulam a convivência com outros membros do grupo. O horizonte social é traçado por suas funções de pessoa. A relação entre pessoas adquire uma perspectiva de reciprocidade, algo que o animal biológico aprende.

Contudo, face aos novos contratos baseados em uma sociedade mergulhada em tecnologias, globalização e desterritorialização, marcada também pelo poder da mídia, há uma grande tendência em se construir novos conceitos, categorias, leis ou interpretações sobre as relações sociais, alianças e estruturas de apropriação e dominação. Assim, o horizonte social passa a ser outro. Muda as relações de reciprocidade entre os sujeitos e a forma de participação no que diz respeito a coletividade e a inserção do homem dentro do tecido social.

Diante desta análise verifica-se uma despotencialização dos modelos construídos como determinantes e fundantes da sociedade, surgindo novas agências e novos contratos marcados pela franca expansão dos meios de comunicação e pelas novas tecnologias. Na realidade, a comunicação, juntamente com o poder da informação, continua em pauta no que diz respeito a constituição social; ou melhor, mais do que nunca, torna-se essencial numa sociedade dita universal e mundializada política, econômica e culturalmente. A divergência está nas rupturas e fragmentações sofridas pela ação do sujeito diante do

enfrentamento da pós-modernidade.

3 INTERAÇÃO SOCIAL

O processo de interação social entre indivíduos só é possível através da existência mínima de trocas recíprocas; do contrário, o ser humano se reduziria a verdadeiras abstrações, enquanto a existência do eu/outro/nós e esta relação intrínseca, passaria a não mais existir, não havendo, portanto, a comunicação necessária para esse processo interacional e de sociabilidade. É através desse desenvolvimento simbólico que a comunicação passa a existir e, com ela, toda a formação de uma sociedade rodeada de códigos e manifesta em diferentes níveis de realidade. Assim, os sujeitos sociais desse processo coexistem e passam a ter o senso de responsabilidade e reciprocidade social como consequência dos intercâmbios comunicativos.

A comunicação entre indivíduos pré-supõe um grau de adaptabilidade ao meio, o qual realiza-se em espiral com o mundo, consigo mesmo e com o outro. O dinamismo e a hereditariedade desse processo tem sua razão de ser no papel que a cultura representa dentro de cada meio ambiente onde esses sujeitos interagem. E no compartilhamento das diversas formas de vida em sociedade que os atores sociais interagem criando uma relação sócio-cultural na qual se compartilha idéias sentimentos e atitudes.

O caráter macrosocial da comunicação permite que os interlocutores se adaptem em meios diferentes e que desenvolvam, através de uma leitura crítica da realidade social, mecanismo de comportamento geradores de informação capazes de fortalecer segmentos sociais específicos e desenvolver processos de dominação e poder sobre outros segmentos.

4 EQUILÍBRIO E CONFLITO NA SOCIEDADE

A sociedade humana caracteriza-se por um processo comunicacional ligado à cultura e moldado em padrões e valores que garantem o equilíbrio e a sociabilidade entre sujeitos. Tais categorias promovem ações sobre os indivíduos e dividem uma determinada sociedade em classes divergentes em poder, em riqueza, em bem-estar e em respeito, capazes de monopolizarem a estrutura hierárquica dessa sociedade, conforme seja a posição em relação aos valores.

A estrutura social, no que concerne a civilização industrial, é amalgamada nesses valores em maior ou menor grau de, em muitos casos, é transmitida entre gerações. Entretanto, devem-se observar as questões ideológicas e de visões sociais de mundo transmitidas pela comunicação às novas gerações através da própria herança social, das instituições como a família, a escola, a religião e o Estado que auxiliam os indivíduos a desenvolverem um processo mais ou menos harmonioso entre grupos sociais.

Segundo as categorias citadas anteriormente, verifica-se que, entre os participantes do processo comunicacional, pode-se observar a necessidade de determinação da natureza da relação a qual pode se confirmar, rejeitar ou modificar a troca de mensagens entre os atores sociais e que podem gerar situações de equilíbrio ou de conflito na sociedade.

As relações entre grupos promovem, ou devem promover, desenvolvimento e equilíbrio, isto é, as amizades, as relações familiares e profissionais que emitidas com uma certa cordialidade possuem grande importância para a formação das instituições sociais, culturais, políticas e econômicas indispensáveis ao crescimento e organização das estruturas. Verifica-se, em relação a esse sistema comunicacional, a existência do processo de retroalimentação e a espiralidade da comunicação permitindo que se organizem parâmetros sócio-culturais capazes de definir a natureza da organização que deve existir entre os grupos. Por outro lado, há entre os elementos dos grupos a necessidade de preservação do poder, o que pode ser visto como mecanismo gerador de conflitos, na

tentativa de se sobrepor às fronteiras existentes.

A comunicação, ao mesmo instante que estrutura (equilíbrio), também desestrutura (conflito) as relações entre os sujeitos e o meio. Há uma centralização de poder que se manifesta de forma ameaçadora através dos meios de comunicação e de sistemas caracterizados por uma violência implícita desses meios, e que podemos chamar de violência institucionalizada.

O conflito social que ocorre entre as diversas instituições, na família, na política, na economia ou na religião, pode ser visto como um traço estrutural no mundo de organização social implantado nas diferentes sociedades mundiais, e que se acentua de forma considerável nos países do terceiro mundo, mais especificamente nos chamados grandes centros urbanos. Isto se deve a existência de diversos fatores causadores de desagregação institucional e está ligado também a qualidade de vida em que os grupos se encontram e o nível de dominação e apropriação de alguns segmentos sobre outros.

A violência social ocorre em diversos planos: econômico, político, familiar ou até mesmo cultural e se manifesta de forma direta, quando se trata de força física de um indivíduo ou grupo, ou indireta que se manifesta sob forma de pressão institucionalizada sobre os sujeitos. É evidente que tais manifestações de violência são geradas por fatores baseados nas relações, seus valores, poder aquisitivo, cultura e ideologia, entre outros.

Observa-se então, que a existência do conflito abrange todas as sociedades, socialistas e capitalistas, algumas em maior ou menor grau, quando se trata da luta pelo poder, da conquista de valores e na acumulação do capital. E o que se pode concluir é que a produção industrial, a modernização do Estado e a chamada "Era da informação", das novas tecnologias e da mídia, muito tem contribuído para essa desagregação social e urbana. Surgem novos conflitos e o fortalecimento de grupos em detrimento a outros, causando grandes disparidades e recorrendo-se ao tradicionalismo. Se algumas sociedades se encontram na pós-modernidade, outras sequer saíram na Idade Média, sob o domínio do feudalismo e subjugadas à falta de informação e a condições mínimas de existência, como em algumas regiões brasileiras, causando um verdadeiro abismo entre os diversos segmentos sociais. Por conseguinte, esse monopólio de poder e desigualdade social enfraquece a organização dos grupos menos privilegiados, o que contribui para a eclosão da violência direta e indireta, o que pode levar aos caos e a desagregação social.

Em uma análise mais ampla, vale ressaltar também os tipos de violência gerados pelos meios de comunicação de massa, em particular, a televisão, como característica da pós-modernidade. A violência das drogas, do sexo, da corrupção, da desagregação familiar, entre outras, são transmitidas pelos canais de TV e invadem o espaço familiar causando influências sobre os sujeitos de forma epidêmica, na moda, na comunicação, nas ideologias, nas culturas e nas crenças. Todos esses fatores irradiam sobre a sociedade novos mecanismos de comportamento de modo a ocorrer mutações no pensar, no agir, no modo de ser e se comunicar dos indivíduos. Projeta-se sobre os sujeitos a busca de uma nova identidade, onde a realidade concreta passa a ser reproduzida de forma simulada e operacionalizada pela TV. É a "vida imitando a arte". Não se trata, porém, de analisar os meios de comunicação de massa de forma desvalorativa e sim de maneira a se tomar consciência dos riscos existentes e do controle social manifestos e que devem ser analisados de forma crítica.

Com o avanço científico e tecnológico, o homem passa a desenvolver modelos mais específicos e qualitativos de comunicação, novos paradigmas surgem para transformar a evolução do homem enquanto ser imaginário que é e se desenvolve. Na sociedade, aumenta-se a velocidade da produção industrial e o fluxo informativo constitui-se numa considerável forma de desenvolvimento à medida que novas tecnologias vão surgindo. Há uma quebra do espaço que distancia os sujeitos ocasionando a aproximação entre eles. A velocidade com que essas mudanças ocorrem, remete-nos a uma desapropriação do tempo e passamos a substituí-lo por um imaginário cronológico capaz de projetar os acontecimentos de um espaço a

outro em questão de segundos.

A tecnologia veio ampliar a capacidade de reprodução e disseminação da informação e do poder à medida que se verifica um monopólio visível dessa tecnologia e do uso da informação para crescimento de países do primeiro mundo, o que escraviza e causa desigualdades sociais, principalmente nos países do terceiro mundo, fragilizados pelas condições sócio-econômicas e dívida externa.

Entretanto, a ideologia do progresso, através do crescimento das forças produtivas e do avanço científico, estimula a acumulação capitalista de forma conflituosa, o que pode desestruturar e desagregar as sociedades. Tal desenvolvimento deve ocorrer de forma sustentável, sem agressão ao meio ou aos atores sociais envolvidos direta ou indiretamente no processo de crescimento, pois do contrário, é possível que sérios danos venham a ocorrer nas instituições econômicas, políticas e sociais.

5 SOCIEDADE E PODER

As relações sociais existentes entre os indivíduos, sempre marcadas por relações de poder e, na maioria das vezes, conflituosas e desagregadoras, constituem mecanismos de irradiação de domínio entre classes sociais distintas. As alianças que ocorrem entre os segmentos sociais, promovem também o desligamento de sujeitos que se mantêm à margem da sociedade, moldada em valores e poder e que servem para fortalecer os segmentos elitizados em detrimento a outros.

Os diversos dispositivos de poder que se manifestam na sociedade podem ser analisados sob muitos aspectos, principalmente no que diz respeito às condições sócio-econômicas e políticas dos indivíduos. Parece-nos, entretanto, que a necessidade ou a busca destes, figura entre as sociedades como algo que projeta os atores sociais e os diferencia dos demais, constituindo assim uma soberania política, econômica e social. Tal poder advém das relações de trocas contratuais, o que une indivíduos, tornando-os mais fortes, havendo um fortalecimento nas relações de produção e dominação das forças produtivas. Segundo Foucault (1979, p. 175), "o poder não se dá, não se troca nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação, como também da afirmação de que o poder não é principalmente manutenção e reprodução das relações econômicas, mas acima de tudo uma relação de força".

O poder, visto como um dispositivo repressivo na sociedade, funciona como fator desagregador das relações sociais, da comunicação e do crescimento do ser humano enquanto indivíduo com direitos legais, institucionais e de cidadania. Geram assim, um confronto entre atores sociais onde, sem dúvida, a dominação exercida pelo poder, institui uma relação de servidão entre os dois pólos, o dominado sob o dominante e, portanto, a ruptura desse relacionamento leva a um terceiro pólo, ou seja, o indivíduo marginalizado que não se submete a essa relação.

6 CONCLUSÃO

Através desse revisar de autores considerados de grande importância em estudos da formação da sociedade, foi possível recuperar idéias, conceitos e categorias no que diz respeito à comunicação e à informação no processo de constituição social. Entretanto, é preciso considerar o momento atual e a proximidade do fim do século XX, com a chamada globalização. Nesse novo cenário projeta-se rupturas e fragmentações na ação comunicacional tradicional.

É preciso considerar também que o lugar do sujeito no campo da comunicação, tem oscilado incessantemente devido a intervenção dos novos suportes tecnológicos da comunicação e da informação, como é o caso das redes de computadores que

desterritorializam e dissolvem a distância entre as organizações, as agências transnacionais e as instituições. Com efeito, há a incorporação de novas formas de contratos sociais, numa nova ordem simbólica mediatizada pelos meios de comunicação, desenvolvendo novas bases de crenças, fé e valores diferentes daqueles tidos como fundantes da sociedade, baseados em contratos tradicionais como, por exemplo, a relação pai/mãe/filho, Estado/sociedade.

Um dos grandes dilemas vivenciados nesse novo cenário social, mediatizado pela globalização da comunicação, recoloca-se como fundamental e primordial no que diz respeito a sociabilidade. Trata-se do contrato entre os atores sociais visto em suas implicações políticas, econômicas, culturais e sociais. Aspectos estes ligados a uma nova realidade, formas de viver, sentir, agir, pensar e imaginar. Não mais do ponto de vista do indivíduo, mas da perspectiva de construção e desconstrução de novos cenários nos quais o sujeito passa a possuir função simbólica.

Todas essas implicações ao lançarem-se sobre o universo das fronteiras territoriais dos padrões, das alianças, do comportamento e dos grupos sociais, desenvolvem uma pluralidade de perspectiva que se contrapõem aos fatores fundantes do processo de formação da sociedade. Entretanto, mesmo diante de tantas contradições, diversidades e antagonismos, é preciso considerar a comunicação sob novas categorias, com a incorporação de novas agências e novos contratos mais sofisticados e elaborados, muitos dos quais projetados pela mídia.

No âmbito das novas exigências sociais políticas, econômicas e culturais, nas quais os sujeitos se constituem, existe um novo olhar sobre o processo de socialização. As referências tradicionais marcadas pelos laços de parentesco, as regras contratuais, os sistemas básicos de trocas sociais, a regularidade e a convencionalidade, passam a ser substituídas pela subjetividade, a desterritorialização e a desconstrução do relativo equilíbrio social entendido como relação de reciprocidade entre os sujeitos.

Ao cabo dessa viagem cujas dimensões buscam uma certa racionalidade para o papel da comunicação na constituição social, baseada na revisão de conceitos e na ordenação de idéias, podem manifestar-se em outros e novos espaços e tempos. Não há, entretanto, a intenção de "fechar" a questão em torno da comunicação e da informação como fatores fundamentais da sociedade, mas abrir para novos pontos de vistas e novas abordagens, principalmente em função da razão crítica que torna possível os diferentes olhares dos sujeitos nesse campo do saber. Não usando pois o imediato como referencial permanente.

INFORMATION AND COMMUNICATION: decisive factors in the process of societal formation

Abstract

This study presents considerations on information and communication as fundamental factors in society. It relates communication with those social exchanges between subjects and their representations with the environment, highlighting the formal relations between different social segments: family, school, church and State. It broaches the question of balance and conflict within society relating it with communication between social actors.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. 3.ed. Rio de

Janeiro: Paz e Terra, 1982. 418p.

FOUCAULT, Michael. **Microfísica do poder**. 10. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

IANNI, Octavio. **A sociedade global**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993. 194p.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 6. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992. 116p.

LASSAWEL, Harold. A estrutura e a função da comunicação na sociedade. In: COHN, Gabriel. **Comunicação e indústria cultural**. 5. ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 1987. p.107.

LOWY, Michael. **Ideologia e ciências sociais: elementos para uma análise marxista**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1991. 112p.

MENEZES, Diatay. Fundamentos sociológicos da comunicação. In: SA, Adíasia et al. **Fundamentos científicos da comunicação**. Petrópolis: Vozes, 1973.

NEIVA JR., Eduardo. **Um inferno de espelhos**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1982. p.19-55.

SODRE, Muniz. Socialização e violência. In: **O social irradiado**. São Paulo: Cortez, 1992. p.9-53.

WATZLAWICK, P., BEAVIN, J.H., JACKSON, D. **Pragmática da comunicação humana: um estudo dos padrões, patologias e paradoxos da interação**. São Paulo: Cultrix, 1993. 263p.